



JUSTIÇA CLIMÁTICA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

CARTILHA DA DPRJ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ACESSO À JUSTIÇA E DEFESA CLIMÁTICA
PARA TODAS E TODOS



JUSTIÇA CLIMÁTICA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

CARTILHA DA DPRJ

CONHEÇA A DEFENSORIA PÚBLICA

A **Defensoria Pública** é a instituição responsável por assegurar o acesso democrático à justiça, garantindo que todas as pessoas possam buscar a proteção de seus direitos, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade.

A **Defensoria** é responsável pela orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos da população pobre e vulnerável.



1. O QUE É JUSTIÇA CLIMÁTICA?

A justiça climática reconhece que os impactos das mudanças climáticas não são distribuídos de forma igualitária. Comunidades pobres, negras, indígenas e periféricas são as mais atingidas e a crise climática aprofunda desigualdades sociais e territoriais.

No estado do Rio de Janeiro, entre 2010 e 2022, mais de 1.500 pessoas perderam a vida em eventos extremos como chuvas intensas, enchentes e deslizamentos. No mesmo período, milhares de pessoas foram feridas ou tiveram que deixar suas casas em função de tragédias climáticas, com mais de 25 mil desalojados apenas em 2024. Esses números mostram que a crise climática no Rio de Janeiro já é uma realidade concreta e cotidiana.



2. O PAPEL ESTRATÉGICO DA DEFENSORIA PÚBLICA

A Constituição Federal (art. 134) e a Lei Complementar nº 80/94 atribuem à **Defensoria Pública** a missão de proteger os direitos humanos e garantir acesso à justiça para grupos vulnerabilizados. No campo climático, isso significa:

- Atuação preventiva: participação em planos de contingência e defesa civil;
- Proteção integral de direitos: saúde, moradia, alimentação e dignidade;
- Litigância coletiva: ações civis públicas e mediações de grande escala;
- Promoção de políticas públicas com foco em adaptação e mitigação.



3. INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO DA DPRJ

3.1 GRID - Gabinete de Reação Institucional a Desastres

- Garante uma resposta rápida da DPRJ em situações de crise humanitária aguda e desastres ambientais.
- Cooperação e fiscalização da atuação municipal e estadual em resposta às chuvas e prestar assistência às famílias vulneráveis.

3.2 GRAC - Grupo de Ações Coordenadas da Defesa Civil

- Participação institucional da **DPRJ** em fóruns de resposta a desastres;
- Garante voz para populações atingidas em decisões emergenciais.

3.3 S2iD - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

- Monitoramento de dados e eventos extremos para garantir que recursos cheguem a quem mais precisa.

3.4 GT de Desastres Naturais e Grandes Tragédias

- **Resolução nº 1317/2024**: institucionaliza protocolos de atuação preventiva e emergencial.



3.5 Ferramentas Inovadoras

- **IA Grande (Cotutela)**: análise ágil de dados climáticos para suporte estratégico.

3.6 Convênio CAU/RJ

- Apoio técnico a moradias em áreas de risco, garantindo direito à cidade e à habitação digna.

4. PRESENÇA TERRITORIAL E MEDIAÇÃO ESTRUTURAL

A **DPRJ** atua por meio dos **Núcleos Regionais de Tutela Coletiva**, com foco em:

- Escuta ativa das comunidades com apoio da **Ouvidoria**;
- Cobrança de planos de contingência municipais;
- Mapeamento participativo com comunidades em áreas de risco;
- Fiscalização da efetividade de alertas, sirenes e abrigos;
- Mediações envolvendo Estado, municípios, MP e sociedade civil.





5. DIREITO CLIMÁTICO E MARCOS NORMATIVOS

- **Constituição Federal, art. 225** – direito fundamental ao meio ambiente equilibrado;
- **Acordo de Paris (2015)** – reconhecimento da justiça climática como princípio;
- **Opinião Consultiva nº 32/25 – Corte IDH** – reconhecimento do direito humano autônomo ao clima equilibrado;
- **ADPF 708/DF – STF** – consolida o dever do Estado de implementar políticas climáticas efetivas.



6. GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A **DPRJ** direciona esforços para proteger grupos desproporcionalmente atingidos:

- Mulheres, crianças e idosos em áreas de risco;
- Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;
- Populações periféricas expostas a deslizamentos e enchentes;
- Migrantes climáticos e pessoas em insegurança habitacional.



7. A DEFENSORIA NA COP 30

A participação da **DPRJ** na COP 30 tem três objetivos centrais:

1. Apresentar experiências práticas de atuação em justiça climática;
2. Reforçar a centralidade dos direitos humanos nas políticas climáticas nacionais e locais;
3. Fomentar parcerias internacionais com redes de defensores e organizações ambientais para fortalecimento institucional.

A atuação da **DPRJ** na crise climática demonstra que justiça ambiental é também justiça social.



8. EDUCAÇÃO EM DIREITOS E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A **DPRJ** desenvolve ações de educação em direitos para comunidades vulnerabilizadas:

- Oficinas populares sobre adaptação climática;
- Formação de agentes comunitários de justiça climática;
- Material acessível em linguagem simples e inclusiva;
- Atendimento itinerante em territórios de risco.

9. RECOMENDAÇÕES E COMPROMISSOS

- Garantir financiamento estrutural para adaptação climática justa;
- Incorporar a Defensoria Pública de forma sistemática nos planos de resposta e adaptação;
- Fortalecer o marco jurídico climático com enfoque em direitos humanos;
- Assegurar participação comunitária em todas as etapas de políticas públicas.

10. CONTATOS E CANAIS

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – DPRJ

📍 Av. Marechal Câmara, 314 – Centro, Rio de Janeiro – RJ

🌐 www.defensoria.rj.def.br

✉️ defensoria@defensoria.rj.def.br

📷 @defensoriarj



CRC

CENTRAL DE
RELACIONAMENTO
COM O CIDADÃO

129



www.defensoria.rj.def.br



APP **DEFENSORIA RJ**

Créditos:

Texto e conteúdo: Coordenação de Tutela Coletiva | DPRJ

Diagramação e Design: Comunicação DPRJ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ACESSO À **JUSTIÇA** E DEFESA **CLIMÁTICA**
PARA TODAS E TODOS